#6

APINFO

Federação Nacional dos Apicultores de Portugal

informar para melhorar

junho | 2018

XIX Fórum Nacional de Apicultura, 16, 17 e 18 de novembro, Castelo Branco

ENTREVISTA

«A Valmoural encara o futuro com otimismo»

Fernando Azevedo, presidente da Valmoural

editorial

2018, UM ANO APÍCOLA DE RENOVADA ESPERANÇA E VELHOS PROBLEMAS

Estamos em tempo de cresta, época de grande azáfama e de grande esperança para os apicultores portugueses. A Primavera de 2018, ao contrário das anteriores, veio acompanhada de muita chuva e de temperaturas amenas, o que permitiu em muitas regiões do país florações longas. Não fosse um ano de 2017 tão negativamente marcado pela seca prolongada e pelos incêndios florestais, os quais depauperaram o efetivo apícola nacional, e 2018 podia ser um ano histórico de produção.

Mas o sector apícola nacional enfrenta enormes e crescentes desafios.

Conhecidos que foram os dados relativos às importações e exportações de mel em 2016, ficámos a saber que nesse ano entraram diariamente nas nossas fronteiras mais de 15 toneladas de mel, ou seja, 5.675 toneladas anuais.

A quem se destinam? Indústria ou consumo humano? Não sabemos, nem existe informação credível a esse nível.

Para a FNAP esta situação compromete, no curto/médio prazo, a viabilidade de muitas explorações apícolas nacionais, uma vez que se trata de mel de baixa qualidade, pago a baixo preço. Ficámos também a saber que no mesmo período Portugal exportou mais de 6.000 toneladas de mel, ou seja, 10 vezes mais do que o exportado em 2006. Esta situação levanta inúmeras dúvidas sobre a origem do mel exportado a partir de Portugal, havendo a fundada suspeita de que se trata de fraude ao nível da origem.

Trata-se de um desafio também para as autoridades nacionais, as quais devem colocar no terreno os meios necessários para que os mecanismos de rastreabilidade e controlo analítico atualmente existentes possam efetivamente proteger os consumidores deste tipo de fraude.

A diversificação da produção apícola é um desses desafios. Nesta edição apresentamos dois projetos recentemente iniciados e que pretendem contribuir para os apicultores portugueses mais facilmente diversificarem as suas produções e os rendimentos da sua exploração.

Confira todos estes assuntos e outros, nesta edição da Newsletter APINFO.

Boas leituras e boa cresta.

Manuel Gonçalves – Presidente da Direção da FNAP

índice

CONSULTÓRIO TÉCNICO

3 Estatuto - Zona Controlda

NOTÍCIAS

5 XIX Fórum Nacional de Apicultura realiza-se em Castelo Branco

5 Portugal utilizado como Plataforma de entrada na UE de Mel Chinês

6 Governo francês altera regras de rotulagem

7 DivInA- Diversificação e Inovação na Produção Apícola - Ação 1.1 do PDR2020 – Grupos Operacionais

7 POLIMAX - Promoção e Aumento da Eficiência da Polinização Entomófila em Macieiras, Pereiras e Cerejeiras - Ação 1.1 do PDR2020 – Grupos Operacionais

9 II Jornadas Apícolas do Fundão

9 Entidades gestoras de zonas controladas preocupadas com o futuro

REPORTAGEM

11 Investigadores e apicultores unidos na preservação das abelhas

ENTREVISTA

14 «A Valmoural encara o futuro com otimismo» **Fernando Azevedo, presidente da Valmoural**

ESPAÇO ASSOCIADOS

16 MONTIMEL, Cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega, CRL

consultório técnico

P: Como posso saber se os meus apiários estão implantados em Zona Controlada ou não? Tenho de me associar a uma organização para fazer parte da Zona Controlada? Se não estiverem em Zona Controlada, posso definir o plano de tratamentos das minhas colónias?

R: «Zona Controlada» representa um estatuto sanitário atribuído a uma região geográfica pela DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária onde se promove a vigilância do comportamento das patologias das abelhas.

No documento de Registo de Atividade Apícola, os apiários são georreferenciados e catalogados por freguesia. A informação de se está em Zona Controlada ou não é assumida automaticamente por referência ao concelho de implantação e pode ser consultada no campo «Zona Controlada».

dgav Direção Geral de Alimentação e Veterinária | REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL | MAR | IFAP

Pág. de

REGISTO DA ATIVIDADE APÍCOLA

1. Registo Inicial de Apicultor ☐ 2. Fecho de Atividade ☐ 3. Reinício de Atividade ☐ 4. Pedido de Alteração ☐ 4.1. Motivo de Alteração	5. Número de Apicultor 6. Declaração de Existências de Apiários Ano 2017
Data de Início de Atividade	Data de Fim de Atividade

NIF/NIPC		NIFAP
Nome		
Morada		
Distrito	Concelho	Freguesia
Localidade	Cód. Postal	
Telefone	Telemóvel	

Apiários

Freguesia	Localização (Latitude, Longitude)	Nome do Lugar	Cultura Intensiva	Nº de Colmeias	Nº de Cortiços/ Núcleos	Nº Total Colónias	Transu mante	Zona Controlada
01 03 16								S
01 05 08								N

Este estatuto especial é concedido a pedido dos apicultores, integrados em uma organização de apicultores legalmente constituída em que um número de apicultores igual ou superior a 60 % dos registados naquela área geográfica ou que representem 60 % do total das colmeias e que manifeste a vontade expressa de vigiar ativamente a presença de doenças nas suas colónias.

Após a homologação pela DGAV e a sua publicitação por Edital, as regras sanitárias são aplicáveis e devem ser cumpridas por todos os apicultores com colónias instaladas nessa área mesmo que não seja associado de qualquer organização de produtores.

«As Zonas Controladas são zonas geográficas onde se procede a controlo sistemático das doenças das abelhas e em que a ausência da doença não foi demonstrada.»

Esta organização proponente é reconhecida com EGZC – Entidade Gestora de Zona Controlada e a ela compete promover o controlo sistemático das doenças e desenvolver ações de profilaxia sanitária decorrentes do Programa Sanitário Apícola homologado pela DGAV.

A qualquer apicultor com atividade em território nacional cabe o cumprimento do Plano Sanitário Apícola, no que são as atividades conducentes à proteção sanitária do efetivo apícola. Independente do estatuto sanitário da zona geográfica estas ações podem ser resumidas no quadro seguinte:

Ações de proteção sanitária do efetivo apícola em Portugal	**Zonas Não Controladas**	**Zonas Não Controladas** Decreto-Lei N.º 203/2005 de 25 de Novembro - Artigo 13.º
Manter o registo atualizado dos factos de natureza sanitária	Boa prática	Obrigatório
Possuir boletim de apiário	Boa prática	Obrigatório
Ter o registo dos medicamentos utilizados no controlo das patologias das abelhas	Obrigatório	Obrigatório
Conservar os registos durante um período mínimo de três anos;	Obrigatório	Obrigatório
Proceder ao diagnóstico laboratorial das doenças	Boa prática	Obrigatório
Adotar as medidas de controlo das doenças	Obrigatório	Obrigatório
Solicitar a autorização da DGAV para a introdução em zonas controladas de abelhas, enxames, colónias ou colmeias e seus produtos, bem como substâncias, materiais ou utensílios destinados à apicultura	Obrigatório	Obrigatório
Comunicar à DGAV a deslocação definitiva ou de maneio de abelhas, enxames, colónias ou colmeias e seus produtos para Zona Não Controladas	Obrigatório	Obrigatório

— As "medidas de controlo de doenças" a que se refere o quadro anterior, obrigatórias para todos os apicultores em território nacional e que são entendidas necessárias para evitar, limitar ou debelar as doenças compreendem:

a) Visita sanitária aos apiários;

b) Restrições e condicionamento ao trânsito de abelhas, enxames, colónias ou colmeias e seus produtos, bem como substâncias ou materiais destinados à apicultura que possam representar risco de introdução de doença de declaração obrigatória ou exótica;

c) Tratamento

d) Medidas de higiene e desinfeção de material e equipamentos.

Os tratamentos com recurso a aplicação de medicamento nas abelhas está sempre sujeito a receita médico-veterinária ou equivalente definido pela DGAV, e é restrito ao uso de medicamentos com AIM – Autorização de Introdução no Mercado, indicado no rótulo do Medicamento (http://medvet.dgav.pt/Pesquisar). Esta lista é atualizada anualmente ou sempre que se verifique a suspensão ou introdução de um medicamento.

Legislação Aplicável

Os apicultores nacionais estão sujeitos às regras estabelecidas para o exercício da atividade apícola previstas no Decreto-Lei 203/2005 de 25 de Novembro e Decreto Legislativo Regional N.º 24/2007 de 7 de novembro para o território da Região Autónoma dos Açores.

XIX Fórum Nacional de Apicultura realiza-se em Castelo Branco

Castelo Branco recebe, nos dias 16, 17 e 18 de novembro, o maior evento nacional do setor apícola, o Fórum Nacional de Apicultura e a Feira Nacional do Mel.

A 19ª edição do Fórum Nacional de Apicultura e 17ª Feira Nacional do Mel assumem anualmente primordial importância pelo enfase e projeção que emprestam à apicultura nacional, sendo o espaço onde se encontram todos os intervenientes do setor apícola. Os trabalhos decorrerão no Cine-Teatro Avenida, um moderno equipamento gerido pela Câmara Municipal de Castelo Branco.

Cine-Teatro Avenida, Castelo Branco

Na edição de 2018 serão debatidas temáticas variadas, onde se destaca o **impacto que as alterações climáticas têm na apicultura portuguesa**, a problemática dos **incêndios florestais e o seu impacto na flora apícola** autóctone, mas também a **importância da apicultura familiar na economia regional**. A **Feira Nacional do Mel será este ano especialmente dedicada aos Produtos de Qualidade**, destacando-se as nove Denominações de Origem Protegida de Mel Nacional e o Mel de Modo de Produção Biológico.

A Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP), a MELTAGUS – Associação dos Apicultores do Parque Natural do Tejo Internacional, a Câmara Municipal de Castelo Branco, o Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade, o Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar e o Instituto Politécnico de Castelo Branco, enquanto parceiros na organização do XIX Fórum Nacional de Apicultura e XVII Feira Nacional do Mel, informam que brevemente será disponibilizada informação relativa ao programa e às inscrições.

Portugal utilizado como Plataforma de entrada na UE de Mel Chinês

A FNAP tem vindo a alertar os produtores de mel portugueses dos problemas que poderão surgir em breve, nomeadamente a descida do preço do mel, ficando tal a dever-se essencialmente à entrada de méis de qualidade duvidosa, os quais, depois de processados, são comercializados como méis europeus e nacionais. Tais factos foram agora confirmados pelo artigo publicado a 3 de julho na revista ***Bee World***, onde o investigador argentino Norberto García (professor de Apicultura da Universidad Nacional Del Sur em Bahía Blanca na Argentina e, Presidente do Grupo de Trabalho Adulteração de Produtos Apícolas da APIMONDIA), apresentou um retrato bastante preocupante acerca do estado atual do Mercado Mundial de Mel.

Ao longo do artigo, Norberto García, apresenta, analisa e interpreta vários dados estatísticos relativos ao comércio mundial e regional de mel, com os quais procura descrever as atuais tendências do mercado. Nesse mesmo artigo são feitas várias referências a Portugal, das quais destacamos as seguintes:

- **Em 2016, Portugal ocupou o 19º lugar (10º da UE) no *ranking* dos países importadores de mel:** nesse ano entraram em Portugal (provenientes de países terceiros e do mercado interno da UE) 5.675 toneladas. Apenas são apresentados preços para as importações de Portugal de mel proveniente da China, o qual foi pago em 2016 a 1,85 €/Kg.

- **No mesmo ano, Portugal ocupou o 21º lugar mundial (7º ao nível da UE) no *ranking* dos países exportadores de mel:** em 2016 saíram de Portugal 6.901 toneladas de mel, cujo destino foi maioritariamente o mercado interno da UE.

- Países como a Bélgica, Polónia, Espanha, Itália, **Portugal**, Bulgária e Roménia, **apresentam desde 2012 crescimentos significativos nas quantidades de mel exportado e importado**. As exportações de mel a partir de Portugal aumentaram 412 % neste período, passando das 1.673 toneladas para as 6.901 toneladas, enquanto as importações aumentaram 345 % (das 1.639 para as 5.675 toneladas)

- **O crescimento das exportações de Espanha, Bélgica, Polónia, Itália e Portugal nos últimos 10 (dez) anos foi de 200%.**

Segundo Norberto García, esta situação e em particular o crescimento das exportações **não é explicado pelo aumento de efetivos apícolas** (aumento de apenas 2,7% nesse período), **nem pelo aumento da produtividade**, conhecidas que são as crescentes dificuldades que os apicultores europeus têm para obter boas produções. Esta mudança no mercado de mel, especificamente o aumento da capacidade exportadora de Portugal (e dos restantes 4 países europeus citados no estudo) deve-se, segundo o autor do artigo, **ao aumento das importações de mel proveniente de países asiáticos, como a China**, ou do Leste, como a Ucrânia. Segundo o artigo, os operadores do mercado destes países procuram beneficiar das grandes diferenças de preço do mel no mercado mundial, **importando mel barato de fraca qualidade e reexportando-o como sendo produzido localmente**, o que configura uma forma de adulteração do mel e bastante lesivo para o presente e o futuro próximo dos apicultores portugueses.

Governo francês altera regras de rotulagem

O Parlamente e o Governo de França acederam às reivindicações dos apicultores franceses e decidiram alterar as regras de rotulagem de Mel.

Assim, a partir de Setembro de 2019, será obrigatório identificar no rótulo todos os países de origem dos lotes que constituem esse mel. São muito boas notícias para o setor apícola Europeu e Nacional, uma vez que não mais poderá ser argumentado que a Diretiva 2001/110/CE impedia esta possibilidade, ao contrário daquela que é a opinião da FNAP e de todas as organizações de apicultores europeias. Tal como defendemos para Portugal, em França a identificação do país de origem no rótulo do mel, que já é obrigatória, não mais poderá ser substituída pela menção "Misturas de méis...".

DivInA- Diversificação e Inovação na Produção Apícola
Ação 1.1 do PDR2020 – Grupos Operacionais

Iniciou-se o **Projeto DivInA- DIVersificação e INovação na produção Apícola**, financiado no âmbito da **Ação 1.1 do PDR 2020 – Grupos Operacionais**. Este projeto visa diversificar a produtividade da atividade apícola com vista ao aumento da rentabilidade das explorações, garantir a sua sustentabilidade, explorando outros produtos apícolas (apitoxina, pão de abelha, pólen apícola e própolis – produtos com elevado potencial no mercado, em particular no mercado internacional), diminuindo assim a dependência das explorações apícolas com a produção de mel.

Aparelho para recolha de Apitoxina em teste

A apicultura é hoje considerada, em Portugal e na União Europeia, como uma atividade chave do setor agropecuário, não só pelo impacto direto e contributo líquido para a economia que representa a produção de mel, mas também pelos serviços ecossistémicos, prestados indiretamente pelas abelhas, na manutenção da biodiversidade e na polinização de culturas.

Consolidado que se encontra atualmente o setor, em particular no que respeita à produção de mel, é necessário estar preparado para responder às necessidades de mercado, e capacitado para explorar todas as potencialidades e todos os produtos que a atividade pode oferecer. Efetivamente, esta é uma das componentes para as quais o setor apícola nacional ainda não possui resposta e que urge potenciar.

Esta diversificação passará por desenvolver tecnologicamente procedimentos de produção, adaptando as metodologias aplicadas noutros países e noutras regiões do mundo, às caraterísticas e especificidades da apicultura Portuguesa, nomeadamente, às especificidades produtivas da abelha autóctone, *Apis mellífera iberiensis*, às características da flora envolvente e às condições climáticas, as quais oscilam significativamente em Portugal, dependendo da região.

O projeto é liderado pelo IPB-Instituto Politécnico de Bragança e tem como parceiros a FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal, a AALBA-Cooperativa de Produtores de Mel CRL, APMP-Agrupamento de Produtores de Mel do Parque, Lda, INIAV-Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, JGN-João Guilherme Neto, JAV-José António Vicente e a UTAD-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Pólen – um dos produtos apícolas em estudo

POLIMAX - Promoção e Aumento da Eficiência da Polinização Entomófila em Macieiras, Pereiras e Cerejeiras
Ação 1.1 do PDR2020 – Grupos Operacionais

No âmbito da medida de inovação do PDR 2020, mais precisamente na Ação 1.1 – Grupos Operacionais, foi aprovado e encontra-se já em execução o projeto POLIMAX que tem como objetivos promover o processo de **Polinização Entomófila** como forma de aumentar o rendimento da produção agrícola, obtendo frutos (cereja, pera e maçã) de valor acrescentado, devido à sua qualidade nutricional, maior capacidade de conservação e resistência a inimigos e acidentes culturais.

Os serviços de polinização são de extrema relevância para os fruticultores. Dados de 2008 da União Europeia (UE) indicam que 80% da produção agrícola nos países da UE (antes do alargamento ao países de Leste) depende da polinização

entomófila, muito especialmente a prestada pelas abelhas da espécie *Apis mellifera*. Uma colónia de abelhas pode facilmente atingir uma população de 80 mil indivíduos (com pelo menos 60 mil com capacidade de executar as tarefas de pastoreio), pelo que se multiplicarmos este número por 5 colmeias que estejam instaladas num hectare, teremos 300 mil insetos a fazer o serviço de polinização nessa área. Atualmente não existe outra tecnologia de polinização que seja simultaneamente tão eficaz como a polinização recorrendo a colónias de insetos (de abelhas ou de *Bombus*), uma vez que esta garante aos agricultores elevadas densidades de insetos polinizadores altamente especializados, nos seus pomares e culturas.

Especificamente, o projeto POLIMAX pretende atingir os seguintes objetivos:

Na **produção de maçã**, cujos alvos principais são as variedades cultivares Fuji e Reineta, produzir frutos com maior regularização/normalização dos seus tamanhos, calibres e qualidade.

Na **produção de pera**, nomeadamente Pera 'Rocha', pretende-se, estimulando a biodiversidade dos agentes polinizadores e criando condições de fixação dessas populações, acelerar a resposta desses polinizadores ao ciclo de floração, procurando evitar assim o processo de partenocarpia e promovendo o desenvolvimento de frutos de elevada qualidade. O principal problema deve-se ao facto de o néctar das flores das pereiras ser relativamente pobre em açúcares (criando assim algum grau de desinteresse dos polinizadores principais, as abelhas da espécie *Apis mellifera*) e apresentar um ciclo de floração relativamente curto (o que não permite uma resposta da comunidade entomófila correta e eficiente, para que haja a adequada polinização e a consequente frutificação com sementes).

Na **produção de cereja** o principal problema reside na auto-incompatibilidade da grande maioria das variedades comerciais, sendo de extrema importância um bom dimensionamento do pomar, com uma correta distribuição das variedades com floração coincidente e compatíveis, bem como uma forte presença de insetos polinizadores para proporcionar uma eficiente polinização cruzada.

De referir ainda que este projeto pretende divulgar boas práticas conjuntas, de apicultores e fruticultores, no sentido de valorizar o serviço de polinização de fruteiras pelas abelhas e outros polinizadores, ou seja, **validar uma tecnologia de polinização dirigida**.

O projeto conta com os seguintes parceiros:

COTHN – Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional - Líder

FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal

COOPERFRUTAS – Cooperativa de Produtores de Fruta e Produtores Hortícolas de Alcobaça CRL

PINUS VERDE – Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta

CERFUNDÃO - Embalamento e Comercialização de Cereja da Cova da Beira, LDA

CAMPOTEC IN – Conservação e Transformação de Hortofrutícolas, SA

INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária IP

II Jornadas Apícolas do Fundão

Sessão de abertura das II Jornadas Apícolas do Fundão

Decorreram no passado dia 27 de Janeiro, as II Jornadas Apícolas do Fundão, organizadas pela Pinus Verde. Este evento, ao qual assistiram mais de 140 apicultores da região, contou com a participação de técnicos credenciados do setor apícola.

A sessão de abertura presidida por Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, contou ainda com a presença de Carlos Jerónimo, Presidente da Direção da Pinus Verde, Manuel Gonçalves, Presidente da FNAP e do Diretor da Escola Profissional do Fundão, Luís Oliveira.

A PINUS VERDE, responsável pela organização destas jornadas, procurou que estas ficassem marcadas por uma grande amplitude de temáticas abordadas, das quais se destacam pela atenção gerada na audiência, a problemática da espécie invasora *Vespa velutina*, a criação de rainhas e a produção e processamento dos diferentes produtos da colmeia, muito especificamente o pólen apícola e a própolis.

Como atrás referido, a *Vespa velutina* acabou por ser o principal tema destas jornadas, na medida em que muito recentemente foi formalmente identificada a sua presença nos Concelhos do Fundão e da Covilhã.

Por: João Mesquita – Técnico da PINUS VERDE

II Jornadas Apícolas do Fundão – pormenor da sala

Entidades gestoras de zonas controladas preocupadas com o futuro

As Entidades Gestoras de Zonas Controladas enfrentam com forte apreensão, o novo ciclo de vigilância sanitária do efetivo apícola, devido à falta de resultados decorrentes dos controlos realizados nos anos anteriores.

A informação recolhida e divulgada pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) no Programa Sanitário Apícola tem sido insuficiente para a definição de planos sanitários nos seus territórios. A Varroose continua a ser a patologia com maior dispersão no território, apesar dos esforços em disponibilizar aos apicultores medicamentos para controlo da patologia. De acordo com o Programa Sanitário Apícola 2017, no ano 2015 (último ano de dados compilados), 37% dos 5 317 apiários portugueses mantinham o *Varroa destrutor* presente nas suas colónias, um valor que tem estabilizado nos últimos anos 5 anos (34% - 37%).

Face aos constrangimentos orçamentais e de atuação nas Entidades Gestoras de Zona Controlada, foi apresentado pela FNAP à DGAV um pedido de revisão do modelo de funcionamento das Zonas Controladas, solicitando especial enfoque no ordenamento do território e financiamento das atividades.

Em Vila Verde, aquando IV Dia da APICAVE (Seminário APINFO) encontro pro-movido pela APICAVE - Associação dos Apicultores do Cávado e Ave, a DGAV, pela voz da Subdiretora-Geral, Drª Graça Mariano, garantiu aos apicultores o empenho da tutela em manter a ligação de proximidade atualmente existente entre a DGAV, as Organizações e os produtores, tendo em vista a consolidação das Zonas Controladas. Num discurso direto, auscultou os presentes sobre as preocupações e garantiu aos apicultores presentes que as Zonas Controladas não acarretarão ao apicultor qualquer aumento da burocracia para além das já instituídas para a normal garantia da segurança alimentar dos produtos apícolas, e defendeu que as Zonas Controladas são uma mais-valia na certificação e diferenciação da qualidade dos produtos apícolas.

Às Entidades Gestoras informou acerca das diligências desencadeadas na DGAV face ao diagnóstico elaborado pela FNAP, e anunciou as ações já calendarizadas para o futuro imediato, nomeadamente:

1. Realização de controlos locais às entidades gestoras das zonas controladas;

2. Formação específica dirigida a técnicos das das Zonas Controladas, entretanto já realizada.

3. A criação de uma aplicação informática específica para a gestão da sanidade apícola, o "SICOA" com objetivo de constituir uma ferramenta de apoio para a gestão sanitária das zonas controladas.

Competem às Entidades Gestoras de Zonas Controladas efetuar o controlo sistemático das doenças e desenvolver ações de profilaxia sanitária decorrentes do Programa Sanitário Apícola homologado pela DGAV.

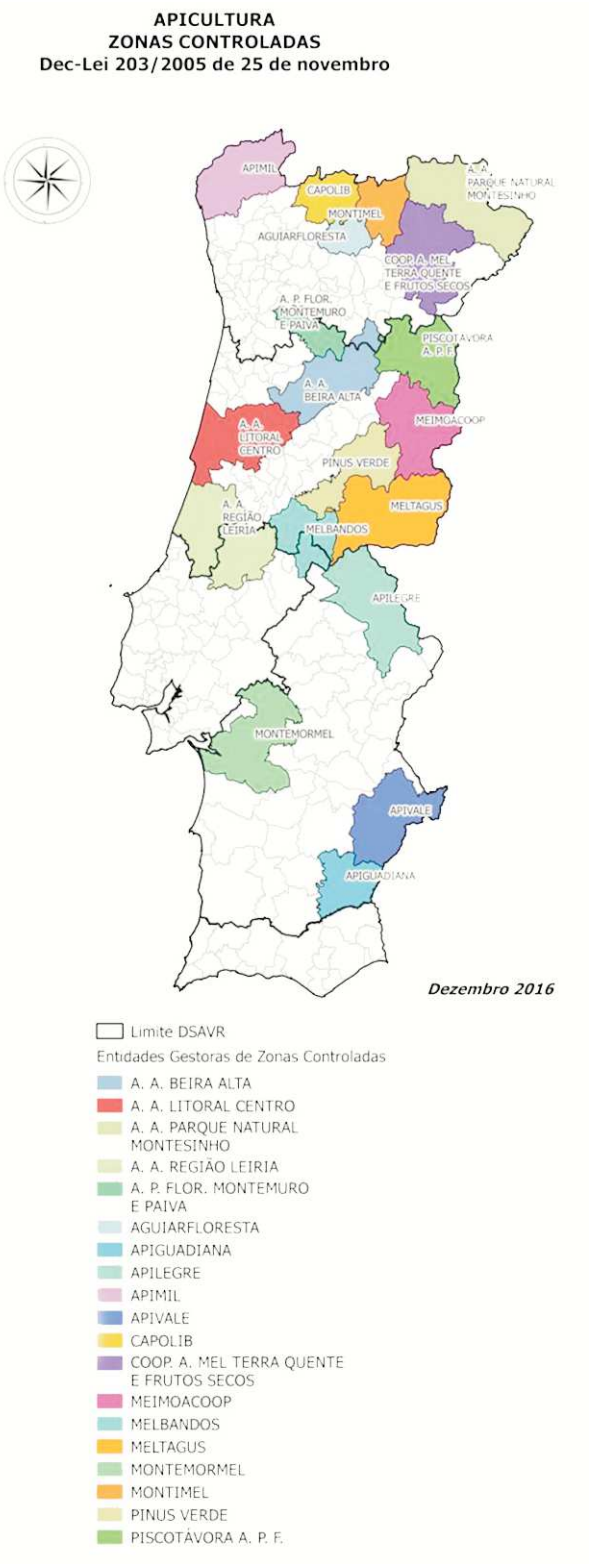
Os objetivos específicos da atribuição deste estatuto sanitário constantes no normativo para a aprovação das Zonas Controladas, consistem em:

- Diminuir a incidência das doenças das abelhas
- Atingir o estatuto de Zona Indemne
- Implementar ações sanitárias e de tratamento concertadas ou simultâneas
- Controlar focos de doença
- Implementar ações de desinfeção sistemática
- Evitar a introdução de patologias na Zona Controlada
- Permitir certificar abelhas e produtos da colmeia no mercado nacional e internacional.

Os apicultores nacionais estão sujeitos às regras estabelecidas para o exercício da atividade apícola previstas no Decreto-Lei 203/2005 de 25 de Novembro e Decreto Legislativo Regional N.º 24/2007 de 7 de novembro para o território da Região Autónoma dos Açores.

Desde 2004, data da homologação da primeira Zona Controlada, que a vigilância ativa do comportamento epidemiológico das doenças das abelhas, tem sido considerada estratégica e prioritária na definição das políticas de desenvolvimento do sector. A melhoria das condições de produção do mel e dos produtos apícolas tem assentado em políticas de garante de sanidade das colónias para a valorização da produção.

Desde essa data, foram reconhecidas pela DGAV 19 Zonas Controladas, geridas por organizações de produtores (Associações de Apicultores e Cooperativas) que englobam 91 concelhos em Portugal Continental.



Investigadores e apicultores unidos na preservação das abelhas

Biodiversidade e sanidade apícola foram dois dos principais temas em discussão no V Congresso Ibérico de Apicultura que aconteceu entre os dias 1 e 3 de Fevereiro em Coimbra e juntou cerca de 120 participantes.

«*Quatro anos depois de se extinguirem as abelhas, extingue-se a humanidade.*» Nunca esta frase atribuída a Albert Einsetn e proferida no inicio do seculo XX, pareceu tão real. As abelhas têm um papel importante nos ecossistemas e a sua diminuição é "preocupante", afirmaram os vários cientistas no V Congresso Ibérico de Apicultura, organizado pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e a Federação Nacional de Apicultores (FNAP). O declínio das abelhas dos últimos anos, sobretudo, verificado nos Estados Unidos da América e na Europa têm consequências graves já que afeta as cadeias alimentares, a polinização e até o controlo de pragas. No caso da polinização, as abelhas são o grupo mais importante de polinizadores e beneficiam a produção de cerca 75% das culturas agrícolas produzidas no mundo, em quantidade e/ou qualidade. No entanto, as razões que expliquem o fenómeno do colapso das colônias são ainda incertas. As alterações climáticas, o uso de pesticidas de síntese, a falta de alimento, a agricultura intensiva e a destruição de habitats, têm sido as causas apresentadas para esta redução, subsistindo, no entanto, dúvidas sobre o peso de cada uma no colapso das colmeias.

Segundo os dados do programa EPILOBEE, da Comissão Europeia, entre o outono de 2013 e o verão de 2014, Portugal registou uma taxa de mortalidade nas colmeias inferior a 10%, a sétima mais baixa entre os 16 países da União Europeia analisados. Ainda assim os valores mais elevados da UE, na casa dos 30%, são bastante mais baixos do que os verificados nos EUA, onde em 2015 se assistiu a uma perda massiva de colmeias, cerca de 44%.

Vespa asiática com ciclo de vida mais rápido em Portugal

Entre as maiores ameaças às abelhas encontra-se a *Vespa velutina*, espécie invasora que tem assustado as abelhas e os apicultores. Em Portugal os primeiros ataques aconteceram em 2012, no Norte, e atualmente, depois desta *Vespa velutina* ter chegado ao Centro, contabilizam-se milhares de ninhos no país. O investigador do Centro de Ecologia Funcional da UC, Henrique Azevedo Pereira, afirmou que a vespa asiática «veio para ficar, tratando-se de uma espécie sem predadores naturais e cuja expansão é rapidíssima, acreditando que no próximo ano vai estar bastante mais disseminada pelo país». O investigador acrescentou ainda que em virtude das alterações climáticas, sobretudo, do aumento de temperatura, a *Vespa velutina* adapta-se ao clima do sítio onde está, observando-se que em Portugal o seu ciclo de vida «*é mais rápido e há atividade mesmo no Inverno*». Para o biólogo, este último facto vem contrariar investigações feitas em países mais frios, como França, onde se observou que a vespa hiberna na estação fria, «*o que torna ainda mais difícil controlarmos a praga em Portugal*».

Efeitos subletais dos pesticidas neonicotinoides nas abelhas

Outra das possíveis causas para o declínio das abelhas prende-se com a utilização de pesticidas de síntese. A legislação europeia tem vido a limitar o uso de inseticidas, nomeadamente, os neonicotinoides, feitos a partir da nicotina e que atuam por ingestão e contacto, provocando alterações na memória, orientação e termorregulação das abelhas. No entanto, alerta o investigador a legislação «*esquece*» os efeitos subletais retardados, ou seja, as abelhas recebem continuamente pequenas quantidades de pesticidas que as vão afetar a longo prazo, mesmo em baixas concentrações.

Cristina Amaro da Costa, investigadora da Escola Superior Agrária de Viseu

A mesma visão é partilhada pela professora da Escola Superior Agrária de Viseu, Cristina Amaro da Costa, que destaca o conceito de dose letal 50% – dose letal média de uma substância química que avalia se oferece risco ou perigo para um determinado sistema humano ou biológico-, argumentando que este critério «é insuficiente e deve ser repensado». E explicou: «*Não é por uma substância causar a morte de 50% de uma população, que se deve ignorar os feitos causados na restante. Se as abelhas estão em contacto com uma toxina isso tem consequências a longo prazo*», tais como a redução de apetite das abelhas e da longevidade nas abelhas adultas e da criação.

Os pequenos frutos com um crescimento acentuado nos últimos anos em Portugal são culturas que recorrem abundantemente aos serviços de polinização, já que através deste serviço a produção «*quase duplica*». Contudo, os apicultores «devem estar atentos», uma vez que os produtores de pequenos frutos para combaterem a mosca da asa manchada, a *Drosófila suzukii*, utilizam dois pesticidas, cujas substâncias ativas, lambda-cialotrina e a acetamiprida, autorizados ao abrigo de usos menores, têm efeitos negativos nas abelhas. De acordo com a investigadora, no guia dos produtos fitofarmacêuticos da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), é mencionado que ambos os inseticidas são nocivos por ingestão, tóxicos para os organismos aquáticos, podendo causar efeitos negativos a longo prazo no meio aquático, sem, no entanto, ser feita referência às abelhas.

Epik causa maior mortalidade nas abelhas por contacto

No âmbito da tese de mestrado, Diana Duarte, atualmente responsável pelo centro genético da abelha ibérica da Lousãmel, avaliou o efeito da aplicação do produto EpiK no eucalipto e o seu impacto nas abelhas melíferas, e os resultados não foram animadores. Para combaterem o gorgulho, um inseto que causa graves prejuízos no eucalipto, os produtores florestais aplicam o inseticida neonicotinoide EPIK, considerado pouco tóxico para as abelhas. No entanto, vários são os estudos que demostram que a substância ativa «*destroi o sistema nervoso das abelhas», adiantou. Mediante os testes de contacto e ingestão feitos nas abelhas, a investigadora concluiu que «o inseticida causa maior mortalidade nas abelhas por contacto, observando-se que a dose letal é de 0,41 miligramas por mililitro*». O Epik, enquanto tratamento químico homologado para o tratamento do gorgulho, foi retirado do mercado em outubro de 2017 pela DGAV.

Agricultores e apicultores devem trabalhar em conjunto

«*A cooperação entre o Estado, agricultores e apicultores*» é na opinião de Cristina Amaro da Costa o *modus operandi* para travar o declínio das abelhas. Através desta cooperação os agricultores e apicultores «*devem otimizar o calendário de plantação coordenando-o com a gestão das abelhas*». A professora aconselha também os apicultores a conhecerem detalhadamente a envolvência dos locais onde têm os apiários, concretamente os riscos dos produtos fitofármacos aplicados nas áreas limítrofes. Já os agricultores têm que cumprir melhor as regras de aplicação dos fitofármacos, que devem ser aplicados quando não há vento nem há nevoeiro, assim como evitar misturar compostos químicos cujo resultado não é conhecido. «*As abelhas além de inteligentes são resilientes e se os apicultores estiverem atentos e presentes é possível recuperar e reduzir o seu desaparecimento*», sintetizou.

Combate da varroa ajustado às mudanças climáticas

Atualmente os apicultores baseiam o combate da varroa na combinação de um tratamento durante o Inverno e o Verão. Todavia, com o aumento da temperatura, observa-se «*cada vez mais a presença de varroa durante a cria invernal*», salientou António Nanetti, investigador do Centro de Investigação em Agricultura e Ambiente, em Bolonha, Itália. O cientista argumentou ser «*necessário ajustar a estratégia de combate à varroose para minimizar os seus efeitos, mediante duas estratégias: a captura da rainha e a mudança da época de tratamento*». Nos testes de enjaulamento das rainhas durante o inverno e na ausência total de cria, as colónias foram tratadas com Api-Bioxal, ácido oxálico dihidrato. «*Não se apuraram diferenças assinaláveis na sobrevivência das rainhas enjauladas nas diferentes durações, nem na força das colónias, isto é, o número de abelhas adultas e superfície de cria*». Já ao comparar a estratégia de inverno-verão com uma de primavera-outono concluiu-se que o calendário alternativo teve efeitos positivos no controlo da infestação nas colónias. No entanto, a quantidade de mel colhida foi menor. «*Estes resultados dão-nos algumas pistas, mas são ainda preliminares, pelo que são necessários novos estudos em diferentes condições*», salvaguardou o investigador italiano.

Portugal tem potencial para a produção de pólen de qualidade

O pólen está cada vez mais em voga graças às suas características nutricionais e terapêuticas, nomeadamente, ao conter todos os aminoácidos essenciais ao organismo humano, possuir um grande número de vitaminas e uma elevada quantidade de proteínas, apresentando ao mesmo tempo baixo valor calórico. No entanto, falta uma base científica sólida que sustente as bioatividades do pólen há muito estudadas, para que este possa ser utilizado no desenvolvimento de novos fármacos. Maria Graça Campos, professora e investigadora que se dedica ao estudo do pólen há 34 anos, salientou que as bioatividades vão desde a prevenção de cancro da próstata e diminuição do perfil lipídico, até a atividade antiflamatória, antioxidante e antimicrobiana, «*existindo um forte potencial do pólen para ser usado tanto como alimento como no desenvolvimento de fármacos*». No ano passado iniciou-se o processo de padronização de metodologias que permita a construção de uma Diretiva Europeia do Controlo de Qualidade desta matéria-prima, e a investigadora, uma referência mundial no estudo desta matriz vegetal deu o seu contributo. Em declarações à APINFO, a professora catedrática argumentou que a produção de pólen em Portugal «*deve apostar na criação de valor acrescentado que permita uma diferenciação no mercado internacional*». No entanto, ressalvou como o país não tem uma flora diferenciadora, «*teremos que investir em flora não poluída e cuja investigação esteja validada, em espécies como a brássica, salgueiro, silva e eucalipto*».

Apicultores da Lousã já recomeçaram atividade

Os incêndios que deflagraram na região Centro em outubro consumiram 53 mil hectares de floresta, causaram efeitos devastadores para os apicultores. Segundo a FNAP, os incêndios destruíram cerca de 20 mil colmeias. À margem do congresso, a diretora executiva da Lousãmel, Ana Paula Sançana, revelou que depois do abalo inicial, muitos apicultores pensaram desistir da atividade apícola, «*muitos já puseram mãos à obra e estão a recomeçar*». Para isso terá contribuído o facto de a cooperativa que agrega 450 associados ter disponibilizado a compra de materiais apícolas a preços mais acessíveis, assim como a alimentação artificial das abelhas ter sido também assegurada pelo Ministério da Agricultura. «*Surpreendentemente, desde os fogos, as encomendas aumentaram de tal forma que não sei se conseguiremos dar resposta*».

Por: Margarida Matos

«A Valmoural encara o futuro com otimismo»

A Valmoural tem uma experiência acumulada de quase 70 anos no fabrico de equipamentos para Apicultura. Fernando Azevedo, presidente desta empresa de Penafiel, aposta para o futuro numa estratégia de diversificação de mercados além-fronteiras. Atualmente já exporta para Espanha, Itália, França, Angola, Moçambique e Guiné.

Fernando Azevedo, presidente da Valmoural

Como, e há quanto tempo, começou a ligação da Valmoural, e da família Cunha Azevedo, com a Apicultura?

Por volta de 1950, a família Cunha Azevedo começou a produzir colmeias numa pequena oficina, era basicamente um trabalho de carpintaria manual. Com o desenvolvimento da apicultura nacional e procura crescente pelos nossos produtos, houve a necessidade de aumentar a empresa, tanto ao nível dos colaboradores, como de espaço.

É nessa altura que se dá a mudança para as novas instalações, que ainda ocupámos, decorria a década de 80 do Século XX.

Desde essa data, a empresa tem vindo a crescer e a modernizar-se, no sentido de melhor responder às crescentes exigências do mercado. Atualmente estamos dotados de modernos equipamentos de fabrico, o que nos permite produzir com a qualidade e o preço que o mercado exige.

Em 2005 a empresa constitui-se como sociedade, mas mantendo o modelo de gestão familiar, que tanto sucesso alcançou. A principal mudança foi de nome, passando a denominação social para Valmoural Material Apícola, Lda.

Manuel da Cunha Azevedo – fundador da empresa

Atualmente o que é produzido pela Valmoural?

Atualmente a Valmoural fabrica todo o equipamento necessário para apicultura, desde colmeias a extratores manuais e elétricos, passando por prensas, bidões para acondicionamento de mel, alimentadores, fumigadores, entre outros.

Todos os nossos produtos e equipamentos para a apicultura são produzidos utilizando materiais de qualidade e que obedecem às regras da União Europeia, assim como as exigências dos nossos clientes.

«Não podemos deixar de realçar o impacto negativo e os prejuízos causados pelos incêndios florestais na Apicultura nacional»

Material apícola produzido pela VALMOURAL

Como anteriormente referiu, o mercado nacional é importante para a empresa, mas atualmente a economia portuguesa ambiciona internacionalizar-se. A Valmoural está presente noutros mercados? Quais? Essa componente é importante no vosso volume de negócios?

A empresa esta presente no mercado Espanhol em grande escala, tendo outros mercados tais como, Itália, França, Angola, Moçambique e Guiné em crescimento.

Como vê a Valmoural o atual estado da apicultura em Portugal?

Com o aparecimento de jovens apicultores e as ajudas concedidas para o começo da sua atividade por parte do Estado Português, através do financiamento de muitos projetos de investimento, a Valmoural encara o futuro com otimismo, e vê o setor apícola com dinamismo e em mudança.

Ainda assim, não podemos deixar de realçar o impacto negativo e os prejuízos causados que, este ano, tiveram os incêndios florestais. Por outro lado, na nossa região desde 2012 e atualmente noutras regiões do país, a Vespa Asiática têm também causado graves prejuízos e quebras na produção de mel nacional.

Quais as vossas expetativas e perspetivas para 2018 e anos vindouros?

Em 2018, a Valmoural continuará a trabalhar no sentido de oferecer produtos de qualidade, procurando continuar a satisfazer os nossos clientes.

Iremos também manter a atual estratégia de diversificação de mercados, promovendo os nossos produtos noutros mercados, tornando a empresa mais abrangente e competitiva.

Atuais instalações da VALMOURAL em Sebolido, Penafiel

MONTIMEL, Cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega, CRL
Zona Industrial da Cocanha, Lote 21-B
Apartado 176
5400-570 Chaves

Tel./Fax: 276 346 440
E-mail: montimelcrl@sapo.pt

A MONTIMEL – Cooperativa dos Apicultores do Alto Tâmega, foi fundada a 25 de Agosto de 1986 por ata de fundadores, e teve origem na necessidade, que alguns apicultores sentiram, em juntar esforços para valorizar os produtos da colmeia e melhor fazer frente às doenças e pragas que já então afectavam as abelhas.

Embora a área social se estenda a todo o Alto Tâmega, atualmente a atividade da MONTIMEL exerce-se quase exclusivamente nos concelhos de Chaves e Valpaços, já que, entretanto, foram criadas outras organizações de apicultores para os concelhos de Boticas e Montalegre (CAPOLIB) e Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena (AGUIAR-FLORESTA), com quem mantemos relações privilegiadas.

Os principais objetivos da MONTIMEL são:

a) Fornecer todo o material necessário à atividade apícola dos seus associados;

b) Promover sessões de esclarecimento, entrevistas, colóquios, exposições e feiras, tendo em vista uma melhor divulgação dos produtos apícolas dos seus associados, mas também da apicultura e seus benefícios e relevância ambiental e social;

c) Colaborar com organizações congéneres e instituições públicas ou privadas, tanto nacionais como internacionais, quer através da permuta de informações, publicações e objectos museológicos, quer através da realização de jornadas, seminários, exposições e concursos;

d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos seus cooperadores;

e) Promover o estudo e combate de todas as doenças da abelha e sua divulgação;

f) Promover a criação da biblioteca e museu da abelha.

O que perspetivam para a fileira apícola nacional nos próximos anos?

Com vista a uma maior proteção sanitária, a MONTIMEL celebrou um protocolo com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) para a homologação de uma Zona Controlada de Doenças das Abelhas, inicialmente no concelho de Chaves, mas que posteriormente foi alargada ao concelho de Valpaços. Esta medida tem vindo a verificar-se como tendo sido uma boa opção, já que permite à MONTIMEL e aos apicultores seus associados saber o real estado sanitário do efetivo apícola da região e, a partir desses dados, trabalhar no sentido de o melhorar. Os resultados mais visíveis foram a significativa diminuição de casos de Loque Americana.

Ainda assim, consideramos hoje que, decorridos que estão alguns anos e com a experiência adquirida, ser necessário rever as regras de funcionamento das Zonas Controladas para que, sem por em causa os resultados, se possam minimizar os custos da realização das ações sanitárias necessárias, bem como o seu impacto sobre o efetivo apícola dos nossos associados.

Desde a fundação até à presente data, tem sido bem visível a evolução da apicultura nesta região, se até então, se caracterizava quase exclusivamente por ser uma atividade complementar da atividade principal da exploração agrícola e ou complementar de outra atividade. Atualmente a MONTIMEL tem vários novos e jovens associados, nalguns casos em dedicação integral à atividade apícola (profissionais), o que garante, desde logo, a continuidade do setor na região, o que na nossa visão traz óbvios benefícios.

Quais as principais características dos produtos apícolas da região?

Desde sempre que o clima da região é conhecido por ter "nove meses de inverno e três de inferno", o mesmo é dizer que tem invernos frios e prolongados e verões quentes e secos, pelo que a vegetação se carateriza por florações rápidas e de curta duração, sendo as principais florações (conforme as altitudes), o rosmaninho, as urzes, o castanheiro e a melada, com as quais se fazem excelentes e reconhecidos méis monoflorais e multiflorais.

De salientar que o Alto Tâmega está integrado nas áreas de produção de duas Denominações de Origem Protegidas, o Mel do Barroso DOP e Mel da Terra Quente DOP.

Com que desafios se depara atualmente a apicultura na região?

A MONTIMEL encara com alguma apreensão a atual tendência de mudança climática sentida no país e na região, a qual tem vindo a encurtar florações e a interferir no ciclo biológico das colónias de *Apis mellifera*, espécie particularmente sensível a este tipo de alteração e mudança. Acresce que estas alterações climáticas têm sido acompanhadas pelo aparecimento de novos problemas de índole sanitário, do qual se destaca o predador *Vespa velutina*, já presente no Alto Tâmega.

Propriedade
FNAP - Federação Nacional dos Apicultores de Portugal
Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 LISBOA
Tel: 217 100 084

Coordenação Editorial
Nélia Silva | apinfo@fnap.pt

Design Gráfico
MI design | geral.miguelinacio@gmail.com

PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais